

HANNAH ARENDT

# EICHMANN EM JERUSALÉM

*Um relato sobre a banalidade do mal*

Tradução:  
JOSÉ RUBENS SIQUEIRA

8ª reimpressão

Arendt, Hannah  
Eichmann em Jerusalém: um relato sobi  
Monografia



017401

SBD-FFLCH-USP



3 9 6 0 2 1

  
COMPANHIA DAS LETRAS

LEI AQUISIÇÃO PROGRAMA INSTITUTO  
DO MILENIO - CNPq

F681.21  
2008

W.F. 1000

Copyright © 1963, 1964 by Hannah Arendt

Titulo original:  
*Eichmann in Jerusalem:  
A Report on the Banality of Evil*

Capa:  
*Ethore Bottini*

Foto da capa:  
*AP/Wide World Photos*

Revisão da tradução:  
*Samuel Tian Jr.*

Índice remissivo:  
*Maria Cláudia Carvalho Mattos*

Revisão:  
*Ana Maria Alvares  
Beatriz de Freitas Moreira*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Arendt, Hannah, 1906-1975.  
Eichmann em Jerusalém / Hannah Arendt ; tradução José  
Rubens Siqueira. — São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

Titulo original: Eichmann in Jerusalem  
Bibliografia.  
ISBN 978-85-7164-962-0

1. Crimes de guerra. — Processos. — Jerusalém. 2. Eichmann,  
Adolf, 1906-1962. 3. Holocausto judeu (1939-1945) I. Título.

99-5069 CDD-940-5318

Índice para catálogo sistemático:  
1. Holocausto judeu : Guerra Mundial, 1939-1945 : História  
940.5318

2008

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA SCHWARCZ LTDA.  
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32  
04532-002 — São Paulo — sp  
Telefone: (11) 3707-3500  
Fax: (11) 3707-3501  
www.companhiadasletras.com.br

## NOTA AO LEITOR

Esta é uma edição revista e aumentada do livro lançado em maio de 1963. Fiz a cobertura do processo de Eichmann em Jerusalém, em 1961, para a revista *The New Yorker*, na qual este relato foi publicado, ligeiramente abreviado, nos meses de fevereiro e março de 1963. Este livro foi escrito no verão e no outono de 1962 e concluído em novembro daquele ano, durante minha estada como bolsista no Centro de Estudos Avançados da Universidade Wesleyan.

O que foi revisito nesta edição são alguns erros técnicos, nenhum dos quais tem a menor significação na análise ou na argumentação do texto original. O registro factual desse período ainda não foi estabelecido em detalhes, e certas questões baseadas em suposições jamais poderão apoiar-se em informações inteiramente confiáveis. Por exemplo, o total de judeus vítimas da Solução Final é uma suposição — entre 4 milhões e meio e 6 milhões — jamais comprovada, e o mesmo se aplica aos totais de cada um dos países envolvidos. Alguns dados novos vieram à luz desde a publicação deste livro, principalmente na Holanda, mas nenhum deles teve importância para o evento como um todo.

Quase todos os acréscimos são de natureza técnica, esclarecendo um ponto específico, introduzindo fatos novos ou, em alguns casos, citações de outras fontes. Essas novas fontes foram acrescentadas à bibliografia e são discutidas no pós-escrito, que trata da controvérsia despertada pela publicação original. Além do pós-escrito, os acréscimos não técnicos referem-se à conspiração alemã anti-

Hitler de 20 de julho de 1944, que na versão original eu só mencionaria incidentalmente. O caráter do livro como um todo permanece inalterado.

Devo agradecimentos a Richard e Clara Winston por sua ajuda na preparação do texto do pós-escrito desta edição.

Hannah Arendt  
*Junho de 1964*

*Ô Alemanha...*

*Ouvindo as falas que vêm da tua casa, rimos.*

*Mas quem te vê corre a pegar a faca.*

Bertolt Brecht  
(Trad.: Paulo Cesar de Souza)

I

A CASA DA JUSTIÇA

*“Beth Hamishpath”* — a Casa da Justiça: essas palavras, gritadas a todo volume pelo meirinho do tribunal, fazem-nos ficar de pé num salto, ao anunciar a chegada dos três juízes que, de cabeça descoberta, vestindo mantos negros, entram na sala do tribunal por uma porta lateral e ocupam seus lugares no nível mais alto da plataforma elevada. A longa mesa, que logo estará coberta com inúmeros livros e mais de quinhentos documentos, tem uma estenógrafa em cada extremidade. Logo abaixo dos juizes ficam os tradutores, cujos serviços são necessários para as conversas diretas entre o acusado ou seus advogados e a corte; além disso, o acusado, cuja língua, como a de quase todo mundo na platéia, é o alemão, acompanha os procedimentos em hebraico por meio da transmissão radiofônica simultânea, que é excelente em francês, tolerável em inglês, e uma mera comédia, muitas vezes incompreensível, em alemão. (Em vista da escrupulosa equidade de todos os arranjos técnicos do julgamento, constitui um mistério menor que o novo Estado de Israel, com sua alta porcentagem de nascidos na Alemanha, seja incapaz de encontrar um tradutor adequado para a única língua que o acusado e seu advogado entendem. Pois o velho preconceito contra os judeus alemães, antes muito pronunciado em Israel, não tem mais força suficiente para ser considerado uma causa disso. Resta, à guisa de explicação, a velha e ainda poderosa “vitamina P”, nome que os israelenses dão ao favorecimento nos círculos do governo e da burocracia.) Um degrau abaixo dos tradutores, um de frente para o outro

e, portanto, com os perfis voltados para a platéia, vemos a cabine de vidro do acusado e o banco de testemunhas. Finalmente, no último plano, de costas para a platéia, ficam o promotor com seu grupo de quatro advogados assistentes e o advogado de defesa, que durante as primeiras semanas foi acompanhado por um assistente.

Em nenhum momento se nota algum traço teatral na conduta dos juízes. Seu passo não é estudado, sua atenção, sóbria e intensa, é natural mesmo quando visivelmente se enrijece sob o impacto da dor ao ouvir os relatos de sofrimento; sua impaciência com a tentativa do promotor de arrastar infinitamente essas audiências é espontânea e tranquilizadora, sua atitude para com a defesa talvez um tanto polida demais, como se estivessem sempre levando em conta que o “dr. Servatius estava quase sozinho nessa exigente batalha, num ambiente desconhecido”, suas maneiras com o acusado sempre irrepreensíveis. É tão óbvio que os três são homens bons e honestos que é surpreendente nenhum dos três ceder à grande tentação de representar neste cenário, à tentação de fingir que — todos eles nascidos e educados na Alemanha — precisam esperar pela tradução hebraica. Moshe Landau, o presidente do júri, quase nunca espera o tradutor terminar seu trabalho para dar suas respostas, e muitas vezes interfere, corrigindo e melhorando a tradução, evidentemente satisfeito com a oportunidade de distração num evento sombrio como esse. Meses depois, durante um interrogatório do acusado, ele chegará a convencer seus colegas a utilizar o alemão, que é sua língua nativa, no diálogo com Eichmann — prova, se é que ainda é necessário uma prova, de sua notável independência diante da opinião pública de Israel.

Desde o começo, não há dúvidas de que é o juiz Landau quem dá o tom, e de que ele está fazendo o máximo, o máximo do máximo, para evitar que este julgamento se transforme num espetáculo por obra da paixão do promotor pela teatralidade. Entre as razões pelas quais ele nem sempre consegue isso está o simples fato de que as sessões ocorrem num palco diante de uma platéia, com o esplêndido grito do meirinho no começo de cada sessão produzindo o efeito de uma cortina que sobe. Quem planejou este auditório da recém-construída *Beth Ha'am*, Casa do Povo (no momento circundada por

altas cercas, guardada do sótão ao porão pela polícia fortemente armada, e com uma fileira de barracas de madeira no pátio fronteiro onde todos os que vão chegando são adequadamente revistados), tinha em mente um teatro completo, com seu fosso de orquestra e sua galeria, com proscênio e palco, e portas laterais para a entrada dos atores. Evidentemente, este tribunal não é um mau lugar para o espetáculo que David Ben-Gurion, primeiro-ministro de Israel, tinha em mente quando resolveu mandar raptar Eichmann na Argentina e trazê-lo à Corte Distrital de Jerusalém para ser julgado por seu papel na questão da “solução final dos judeus”. E Ben-Gurion, adequadamente chamado de “arquitecto do Estado”, é o diretor de cena do processo. Não comparece a nenhuma sessão; no tribunal, fala pela voz de Gideon Hausner, o procurador-geral que, representante do governo, faz o que pode para obedecer a seu senhor. E se, felizmente, seus esforços nem sempre atingem o objetivo é porque o julgamento está sendo presidido por alguém que serve à Justiça com a mesma fidelidade com que o sr. Hausner serve ao Estado de Israel. A justiça exige que o acusado seja processado, defendido e julgado, e que fiquem em suspenso todas as questões aparentemente mais importantes — “Como pôde acontecer uma coisa dessas?” e “Por que aconteceu?”; “Por que os judeus?” e “Por que os alemães?”; “Qual o papel das outras nações?” e “Até que ponto vai a responsabilidade dos Aliados?”; “Como puderam os judeus, por meio de seus líderes, colaborar com sua própria destruição?” e “Por que marcharam para a morte como carneiros para o matadouro?”. A justiça insiste na importância de Adolf Eichmann, filho de Karl Adolf Eichmann, aquele homem dentro da cabine de vidro construída para sua proteção: altura mediana, magro, meia-idade, quase calvo, dentes tortos e olhos míopes, que ao longo de todo o julgamento fica esticando o pescoço para olhar o banco de testemunhas (sem olhar nem uma vez para a platéia), que tenta desesperadamente, e quase sempre consegue, manter o autocontrole, apesar do tique nervoso que lhe retorce a boca provavelmente desde muito antes do começo deste julgamento. Em júízo estão os seus feitos, não o sofrimento dos judeus, nem o povo alemão, nem a humanidade, nem mesmo o anti-semitismo e o racismo.

E a Justiça, embora talvez uma "abstração" para quem pensa como o sr. Ben-Gurion, vem a ser um ano muito mais severo até do que um primeiro-ministro com todo o seu poder. O domínio deste último, conforme o sr. Hausner se estende em demonstrar, é permitido; permite ao promotor dar entrevistas à imprensa e aparecer na televisão durante o julgamento (a transmissão norte-americana, patrocinada pela Glickman Corporation, é constantemente interrompida — sempre os negócios! — por anúncios de propriedades imobiliárias), permite-lhe mesmo explosões "espontâneas" junto aos repórteres dentro do edifício do tribunal — que está cansado de interrogar Eichmann porque ele responde sempre com mentiras; permite que lance olhares para a platéia e permite a teatralidade de uma vaidade maior do que o normal, que finalmente triunfa ao receber do presidente dos Estados Unidos os parabéns pelo "trabalho bem-feito". A Justiça não admite coisas desse tipo; ela exige isolação, admite mais a tristeza do que a raiva, e pede a mais cautelosa abstinência diante de todos os prazeres de estar sob a luz dos refletores. A visita do juiz Landau a este país pouco depois do julgamento não foi divulgada, a não ser entre as organizações judaicas em prol das quais foi empreendida.

No entanto, por mais que os juízes evitem os refletores, ali estão eles, sentados no alto da plataforma, na frente da platéia, como se estivessem no palco para atuar numa peça. A platéia deveria representar o mundo todo, e nas primeiras semanas realmente era composta de jornalistas e articulistas de revistas que acorreram a Jerusalém vindos dos quatro cantos do mundo. Essas pessoas iriam assistir a um espetáculo tão sensacional quanto os julgamentos de Nuremberg, só que desta vez "a tragédia do judaísmo como um todo constituiria a preocupação central". Pois "se tivermos de acusar [Eichmann] também por seus crimes contra não-judeus... isso" não ocorrerá porque ele os cometeu, mas, surpreendentemente, "*porque não fazemos distinções étnicas*". Essa é sem dúvida uma frase surpreendente para ser pronunciada por um promotor em seu discurso de abertura, e que acabou sendo a frase-chave de toda a acusação. Porque essa acusação tem por base o que os judeus sofreram, não o que Eichmann fez. E, segundo o sr. Hausner, essa distinção seria

irrelevante, porque "só houve um homem que se dedicou quase exclusivamente aos judeus, cuja ocupação foi sua destruição, cujo papel no aparelho do regime iníquo se limitou a eles. Esse homem foi Adolf Eichmann". Não seria lógico apresentar à corte todos os fatos do sofrimento judeu (que evidentemente jamais foi questionado) para depois examinar as provas que pudessem de alguma forma ligar Eichmann aos acontecimentos? Os julgamentos de Nuremberg, nos quais os réus foram "acusados de crimes contra membros de diversas nações", não levaram em conta a tragédia judaica pelo simples fato de Eichmann não estar presente.

Será que o sr. Hausner realmente acreditava que os julgamentos de Nuremberg teriam prestado mais atenção no destino dos judeus se Eichmann estivesse no banco dos réus? Difícilmente. Assim como todos em Israel, ele acreditava que só um tribunal judeu poderia fazer justiça aos judeus, e que era tarefa dos judeus julgar seus inimigos. Daí a hostilidade quase generalizada em Israel contra a simples menção de uma corte internacional que pudesse acusar Eichmann não de crimes "contra o povo judeu", mas de crimes contra a humanidade perpetrados no corpo do povo judeu. Daí a estranha vaidade: "não fazemos distinções étnicas", que soou menos estranha em Israel, onde a lei rabínica governa o status pessoal de cidadãos judeus, proibindo judeus de casar com não-judeus; os casamentos realizados no exterior são reconhecidos, mas os filhos de casamentos mistos são legalmente bastardos (filhos de pais judeus nascidos fora do casamento são legítimos), e se a mãe de alguém por acaso é não-judia essa pessoa não pode nem se casar, nem ser enterrada. O ultraje desse estado de coisas ficou mais agudo depois de 1953, quando boa parte da jurisdição de assuntos relativos à lei familiar passou para a corte secular. Hoje as mulheres podem herdar propriedades e gozarn, no geral, de status igual ao do homem. Portanto não é bem respeito à fé ou ao poder da minoria de fanáticos religiosos que impede o governo de Israel de substituir a jurisdição secular da lei rabínica em questões de casamento e divórcio. Cidadãos israelenses, religiosos e não religiosos, parecem concordar que é desejável ter uma lei que proíba o casamento misto, e é sobretudo por essa razão — como admitiriam os funcionários israe-



lenses fora da sala do tribunal — que eles consideram indesejável possuir uma constituição escrita, em que essa lei teria de ser embacadamente descrita com todas as letras. (“Os argumentos contra o casamento civil rezam que ele fragmentaria a Casa de Israel, e que também separaria os judeus desse país dos judeus da Diáspora”, como disse há pouco Philip Gillon em *Jewish Frontier*.) Fossem quais fossem as razões, havia, sem dúvida, algo assombroso na ingenuidade com que a acusação denunciou as infames Leis de Nuremberg de 1935, que proibiu o casamento e as relações sexuais entre judeus e alemães. Os correspondentes melhor informados estavam bem cômicos dessa ironia, mas não fizeram menção a ela em suas reportagens. Não era o momento, pensaram, de apontar aos judeus o que estava errado nas leis e instituições de seu próprio país.

Se a platéia do julgamento devia ser o mundo e a peça um vasto panorama do sofrimento judeu, a realidade estava aquém das expectativas e das motivações. A fidelidade dos jornalistas não durou mais de duas semanas, depois das quais a platéia mudou drasticamente. Daí em diante deveria ser composta por israelenses, por aqueles jovens demais para saber da história ou, como no caso dos judeus orientais, por aqueles a quem a história nunca fora contada. O julgamento iria mostrar-lhes o que significava viver entre não-rança e poderia viver uma vida honrada. (Para os correspondentes, a lição foi explicada com todas as letras num folheto sobre o sistema legal israelense, que foi distribuído à imprensa. Sua autora, Doris Lankin, cita uma decisão da Suprema Corte que determinou para dois pais que haviam “raptado seus filhos e levado as crianças para Israel” mandassem-nas de volta para as mães que, morando no exterior, tinham direito legal a sua custódia. E isso, acrescentava a autora — não menos orgulhosa dessa estríssima legalidade do que o sr. Hausner de sua disposição de denunciar todo assassinato mesmo que suas vítimas fossem não-judeus —, “a despeito do fato de que devolver as crianças à custódia materna significaria fazê-las enfrentar um conflito desigual com os elementos hostis da Diáspora”). Mas naquela platéia quase não havia jovens, e nela os israelenses não eram mais numerosos do que os judeus de outras nacionali-

dades. A platéia era composta de “sobreviventes”, de gente de meia-idade ou mais velha, de imigrantes da Europa, como eu, que sabiam de cor tudo o que havia para saber, e que não estavam ali para aprender lição nenhuma e que, inquestionavelmente, não precisavam daquele julgamento para tirar suas próprias conclusões. Testemunha após testemunha, horror após horror, ali ficavam eles, sentados, ouvindo, em público, histórias que dificilmente suportariam na privacidade, quando teriam de olhar de frente o interlocutor. E quanto mais “a calamidade do povo judeu nesta geração” se desdobrava diante deles e mais grandiosa se tornava a retórica do sr. Hausner, mais pálida e fantasmagórica ficava a figura na cabine de vidro, e nenhum dedo apontado para ele indicando que “ali está o monstro responsável por tudo isto” conseguia sacudi-lo de volta à vida.

Foi exatamente o aspecto teatral do julgamento que desmoronou sob o peso horripilante das atrocidades. Um julgamento parece uma peça de teatro porque ambos começam e terminam com o autor do ato, não com a vítima. Um julgamento-espetáculo, mais ainda do que um julgamento comum, precisa de um roteiro limitado e bem definido daquilo que foi feito e de como foi feito. No centro de um julgamento só pode estar aquele que fez algo — nesse sentido é que ele é comparável ao herói de uma peça de teatro —, e se ele sofre, deve sofrer pelo que fez, não pelo que os outros sofreram. Ninguém sabia disso melhor do que o juiz presidente, diante de cujos olhos o julgamento começou a degenerar num espetáculo sangrento, “um navio sem rumo jogando nas ondas”. Porém se seus esforços para impedir isso muitas vezes fracassaram, o fracasso em parte deveu-se, estranhamente, à defesa, que em quase nenhum momento se levantou para desafiar algum testemunho, por mais irrelevante e incoerente que fosse. *O dr. Servatius*, como todo mundo o chamava, era um pouco mais ousado quando se tratava de apresentar documentos, e a mais marcante de suas raras intervenções ocorreu quando a acusação apresentou como provas os diários de Hans Frank, antigo governador-geral da Polônia e um dos principais criminosos de guerra enforcados em Nuremberg. “Tenho apenas uma pergunta. O nome de Adolf Eichmann, o nome do acusado, é mencionado nestes 29 volumes [na verdade, havia 38 volumes]?...] O nome de

Adolf Eichmann não é absolutamente mencionado em nenhum desses 29 volumes [...] Muito obrigado, não tenho mais perguntas.”

Dessa forma, o julgamento nunca se transformou numa peça, mas o espetáculo que Ben-Gurion tinha em mente desde o começo efetivamente aconteceu, ou melhor, aconteceram as “lições” que ele aos árabes, em resumo, ao mundo inteiro. Essas lições, tiradas de um mesmo espetáculo, deviam ter diferentes significados para destinatários diferentes. Tinham sido definidas por Ben-Gurion, antes de o processo começar, numa série de artigos destinados a explicar por que Israel raptara o acusado. Havia a lição para o mundo judeu: “Queremos esclarecer às nações do mundo como milhões de pessoas, pelo acaso de serem judias, e um milhão de bebês, pelo acaso de serem bebês judeus, foram mortos pelos nazistas”. Ou, nas palavras do *Davar*, órgão do partido Mapai, ao qual pertence o sr. Ben-Gurion: “Que o mundo tome conhecimento de que a Alemanha nazista não foi a única responsável pela destruição de 6 milhões de judeus na Europa”. Conseqüentemente, mais uma vez nas palavras de Ben-Gurion: “Queremos que as nações do mundo saibam [...] e sintam vergonha”. Os judeus da Diáspora deveriam lembrar como o judaísmo, “com seus 4 mil anos, suas criações espirituais e seus empenhos éticos, suas aspirações messiânicas”, sempre se defrontou com “um mundo hostil”, como os judeus degeneraram até caminhar para a morte como cordeiros, e como só o estabelecimento de um Estado judeu permitira aos judeus reagir, do modo como os israelenses reagiram na guerra de Independência, na aventura de Suez, e nos incidentes quase diários das infelizes fronteiras de Israel. E das diferenças entre o heroísmo israelense e a passividade submissa dos judeus, havia também uma lição para aqueles que estavam dentro de Israel: “a geração de israelenses que cresceram desde o holocausto” corria o risco de perder seus laços com o povo judeu e, por extensão, com sua própria história. “É preciso que nossa juventude se lembre do que aconteceu com o povo judeu. Queremos que conheçam os fatos mais trágicos de nossa história.” E por último, um dos motivos para levar Eichmann a julgamento era “desentocar

outros nazistas — por exemplo, a ligação entre os nazistas e alguns governantes árabes”.

Se essas fossem as únicas justificativas para levar Adolf Eichmann à Corte Distrital de Jerusalém, o julgamento teria sido um fracasso em quase tudo. Sob certos aspectos, as lições eram dispensáveis; sob outros, definitivamente enganosas. O anti-semitismo fora desacreditado, graças a Hitler, talvez para sempre e *sem dúvida* por um bom tempo, e isso não ocorreria porque os judeus tinham ficado mais populares de repente, mas porque, nas palavras do próprio sr. Ben-Gurion, a maioria das pessoas tinha “entendido que em nossos dias o anti-semitismo só pode levar à câmara de gás e à fábrica de sabão”. Igualmente dispensável era a lição para os judeus da Diáspora, que não precisavam nem um pouco da grande catástrofe em que morreu um terço de seu povo para se convencer da hostilidade do mundo: sua convicção sobre a natureza eterna e ubíqua do anti-semitismo foi não só o fator ideológico mais potente do movimento sionista desde o Caso Dreyfus, como também a causa possível da prontidão demonstrada pela comunidade judaica alemã em negociar com as autoridades nazistas durante os primeiros estágios do regime. (Nem é preciso dizer que havia um abismo separando essas negociações da colaboração posterior dos *Judenräte*. Ainda não havia nenhuma questão moral envolvida, apenas uma decisão política cujo “realismo” era discutível: a ajuda “concreta”, rezava o argumento, era melhor do que denúncias “abstratas”. Era *Realpolitik* sem tons maquiavélicos, e seus perigos vieram à luz anos depois, quando eclodiu a guerra, quando esses contatos diários entre as organizações judaicas e a burocracia nazista tornaram tão fácil para os funcionários judeus atravessar o abismo entre ajudar os judeus a escapar ou ajudar os nazistas a deportá-los.) Foi essa convicção que produziu a perigosa incapacidade dos judeus de distinguir entre amigos e inimigos; e os judeus alemães não eram os únicos a subestimar seus inimigos porque de alguma forma consideravam que todos os gentios eram iguais. Se o primeiro-ministro Ben-Gurion, que para todas as finalidades práticas, era o chefe do Estado judeu, pretendia fortalecer esse tipo de “consciência judaica”, ele estava mal orientado; pois uma transformação nessa mentalidade é, de



fato, um dos pré-requisitos indispensáveis para o Estado de Israel, que por definição fez dos judeus um povo entre os povos, uma nação entre as nações, um Estado entre os Estados, dependendo agora de uma pluralidade que não mais permite a antiquíssima dicotomia, infelizmente religiosa, entre judeus e gentios.

O contraste entre o heroísmo israelense e a passividade submissa com que os judeus marcharam para a morte — chegando pontualmente nos pontos de transporte, andando sobre os próprios pés para os locais de execução, cavando os próprios túmulos, despidose e empilhando caprichosamente as próprias roupas, e deitando-se lado a lado para ser fuzilados — parecia uma questão importante, e o promotor, ao perguntar a testemunha após testemunha “Por que não protestou?”, “Por que embarcou no trem?”, “Havia 15 mil pessoas paradas lá, com centenas de guardas à frente — por que vocês não se revoltaram, não partiram para o ataque?”, elaborava ainda mais essa questão, mesmo que insignificante. Mas a triste verdade é que ela era tomada erroneamente, pois nenhum grupo ou indivíduo não judeu se comportou de outra forma. Dezesseis anos antes, ainda sob o impacto dos acontecimentos, David Rousset, ex-prisioneiro de Buchenwald, descrevia o que sabemos ter acontecido em todos os campos de concentração: “O triunfo da SS exige que a vítima torturada permita ser levada à raioeira sem protestar, que ela renuncie e se abandone a ponto de deixar de afirmar sua identidade. E não é por nada. Não é gratuitamente, nem por mero sadismo, que os homens da SS desejam sua derrota. Eles sabem que o sistema que conseguem destruir suas vítimas antes que elas subam ao cadafalso... é incomparavelmente melhor para manter todo um povo em escravidão. Em submissão. Nada é mais terrível do que essas procições de seres humanos marchando como fantoches para a morte” (*Les Jours de notre mort*, 1947). A corte não recebeu nenhuma resposta para essa questão tola e cruel, mas qualquer um poderia facilmente encontrar uma resposta se deixasse sua imaginação deter-se um pouco no destino daqueles judeus holandeses que, em 1941, no velho bairro judeu de Amsterdã, cusaram atacar um destacamento da Polícia de Segurança alemã. Quatrocentos e trinta judeus foram presos em represália e literalmente torturados até a morte, primeiro em

Buchenwald, depois no campo austríaco de Mauthausen. Durante meses sem fim, morreram milhares de mortes, e todos eles deviam invejar seus irmãos que estavam em Auschwitz e até em Riga e Minsk. Há muitas coisas consideravelmente piores do que a morte, e a SS cuidava que nenhuma delas jamais ficasse muito distante da mente e da imaginação de suas vítimas. Sob esse aspecto, talvez até mais significativamente do que sob outros, a tentativa deliberada de contar apenas o lado judeu da história no julgamento distorcera a verdade, até mesmo a verdade judaica. A glória do levante do gueto de Varsóvia e o heroísmo dos poucos que reagiram estava precisamente no fato de eles terem recusado a morte comparativamente fácil que os nazistas lhes ofereciam — à frente do pelotão de fuzilamento ou na câmara de gás. E as testemunhas que em Jerusalém depuseram sobre a resistência e a rebelião e sobre o “lugar insignificante que desempenharam na história do holocausto” confirmaram mais uma vez o fato de que só os muito jovens haviam sido capazes de tomar “a decisão de não ir para o sacrifício como carneiros”.

Sob um aspecto, as expectativas do sr. Ben-Gurion para o julgamento não foram inteiramente frustradas; ele realmente se tornou um instrumento importante para revelar outros nazistas e criminosos, mas não nos países árabes, que abertamente ofereceram refúgio a centenas deles. As ligações do grande mufti com os nazistas durante a guerra não eram segredo; ele esperava que o ajudassem a implementar alguma “solução final” no Oriente Próximo. Por isso os jordanais de Damasco e Beirut, do Cairo e da Jordânia, não escondiam sua simpatia por Eichmann e lamentavam que ele “não tivesse acabado o serviço”; no dia em que o julgamento começou, uma transmissão radiofônica do Cairo chegou a introduzir uma nota ligeiramente antigermânica em seus comentários, reclamando do fato de não haver ocorrido, “ao longo de toda a última guerra mundial, um único incidente em que algum avião alemão houvesse sobrevoado um acampamento judeu e despejado uma bomba”. É notório que os nacionalistas árabes simpatizavam com o nazismo por razões óbvias, e nem Ben-Gurion nem este julgamento eram necessários

“para desentocá-los”; eles nunca estiveram escondidos. O julgamento revelou apenas que eram infundados todos os boatos relativos às ligações de Eichmann com Haj Amin el Hussein, antigo mufti de Jerusalém. (Ele fora apresentado ao mufti durante uma recepção oficial, junto com outros chefes de departamento.) O mufti estivera em contato próximo com o Ministério das Relações Exteriores alemão e com Himmler, mas isso não era novidade.

Se a observação de Ben-Gurion sobre “a ligação entre nazistas e alguns líderes árabes” era sem finalidade, o fato de ele não mencionar a Alemanha Ocidental contemporânea nesse contexto era surpreendente. Evidentemente, era tranquilizador ouvir que Israel “não considerava Adenauer responsável por Hitler” e que “para nós, um alemão decente, mesmo pertencendo à mesma nação que vinte anos atrás ajudou a matar milhões de judeus, é um ser humano decente”. (Não houve nenhuma menção a árabes decentes.) A República Federal alemã, embora ainda não reconhecida pelo Estado de Israel — talvez por medo de que os países árabes pudessem reconhecer a Alemanha de Ulbricht —, pagara 737 milhões de dólares de reparação a Israel no decorrer dos últimos dez anos; esses pagamentos logo chegaram ao fim, e Israel está tentando agora negociar um empréstimo a longo prazo com a Alemanha Ocidental. Daí a relação entre os dois países — e particularmente a relação pessoal entre Ben-Gurion e Adenauer — ser bastante boa, e se, como resultado do julgamento, alguns deputados do Knesset, o Parlamento israelense, conseguirem impor certas restrições ao programa de intercâmbio cultural com a Alemanha Ocidental, essa será uma consequência que Ben-Gurion certamente não esperava nem previa. O mais notável é ele não ter previsto, ou não ter se dado ao trabalho de mencionar, que a captura de Eichmann detonaria o primeiro esforço sério da Alemanha no sentido de levar a julgamento pelo menos aqueles diretamente envolvidos no assassinato. A Agência Central de Investigação de Crimes Nazistas, fundada tardiamente na Alemanha Ocidental em 1958 e chefiada pelo promotor Erwin Schüle, enfrentara todo tipo de dificuldades, causadas, em parte, pelo fato de testemunhas alemãs não terem se disposto a cooperar, e em parte também pela pouca disposição das cortes locais de abrir processos

com base no material enviado pela Agência Central. Não que o julgamento em Jerusalém tivesse produzido alguma prova nova do tipo necessário para descobrir parceiros de Eichmann; mas a notícia da sensacional captura de Eichmann e de seu iminente julgamento teve impacto suficiente para convencer as cortes locais a usar as descobertas do sr. Schüle e superar a relutância nativa a tomar providências contra os “assassinos em nosso meio” valendo-se do recurso tradicional de oferecer recompensas pela captura de criminosos conhecidos.

O resultado foi surpreendente. Sete meses depois da chegada de Eichmann a Jerusalém — e quatro meses antes do início do julgamento — Richard Baer, sucessor de Rudolf Höss no comando de Auschwitz, foi finalmente preso. Em rápida sucessão, a maioria dos membros do chamado Comando Eichmann também foi presa — Franz Kovak, que vivia como gráfcico na Áustria; o dr. Otto Hunsche, que se estabelecera como advogado na Alemanha Ocidental; Hermann Krumey, que era farmacêutico; Gustav Richter, ex-“conselheiro judaico” na Romênia; e Willi Zöpf, que ocupara o mesmo posto em Amsterdã; embora provas contra eles tivessem sido publicadas na Alemanha anos antes, em livros e artigos de revistas, nenhum deles achou necessário adotar um nome falso. Pela primeira vez desde o encerramento da guerra, os jornais alemães estavam repletos de reportagens sobre os julgamentos de criminosos nazistas, todos eles assassinos de massa (a partir de maio de 1960, mês em que Eichmann foi capturado, só assassinatos de primeiro grau podiam ser julgados; todos os outros crimes prescreviam pelas normas sobre prescrição, que é de vinte anos para assassinato), e a relutância das cortes locais em processar esses crimes só se revelou nas sentenças fantásticamente brandas impostas aos acusados. (O dr. Otto Bradfisch, dos *Einsatzgruppen*, as unidades móveis de assassinato da ss no Leste europeu, foi condenado a dez anos de trabalhos forçados pelo assassinato de 15 mil judeus; o dr. Otto Hunsche, perito legal de Eichmann e responsável direto pela deportação sem aviso prévio de cerca de 1200 judeus húngaros, dos quais pelo menos seiscentos foram mortos, recebeu uma sentença de cinco anos de trabalhos forçados; e Joseph Lechthaler, que “liqüidou” os habitan-

tes judeus de Slutsk e Smolevichi, na Rússia, foi condenado a três anos e seis meses.) Entre as novas prisões havia pessoas de grande destaque no nazismo, a maioria das quais já fora desnazificada pelas cortes alemãs. Um deles era o general da ss Karl Wolff, antigo chefe do staff pessoal de Himmler que, segundo um documento apreendido em Nuremberg em 1946, recebera “com especial alegria” a notícia de que “já há duas semanas um trem vem transportando diariamente 5 mil membros do Povo Escolhido” de Varsóvia para Treblinka, um dos centros de eliminação orientais. Outro era Wilhelm Koppe, que de início gerenciou as câmaras de gás em Chelmo e depois veio a ser o sucessor de Friedrich-Wilhelm Krüger na Polónia. Tendo sido um dos mais importantes comandantes superiores da ss, incumbido da tarefa de deixar a Polónia *judenrein* (livre de judeus), na Alemanha do pós-guerra Koppe foi diretor de uma fábrica de chocolate. Sentenças mais duras foram atribuídas, às vezes, mas elas eram ainda menos tranquilizadoras quando aplicadas a criminosos como Erich von dem Bach-Zelewski, antigo general e comandante superior da ss e da polícia. Ele fora julgado em 1961 por sua participação na rebelião de Röhm, em 1934, e condenado a três anos e meio, mas foi processado novamente em 1962 pelo assassinato de seis comunistas alemães em 1933, julgado em Nuremberg e condenado à prisão perpétua. Nenhuma das duas condenações mencionava que Bach-Zelewski fora chefe antiguerrilha e Mogilev, na Rússia Branca. Será que as cortes alemãs, sob o pretexto de que crimes de guerra não são crimes, estavam fazendo “distinções étnicas”? Ou seria possível que a sentença excepcionalmente dura, pelo menos para os padrões das cortes alemãs do pós-guerra, efetivamente sofreram um colapso nervoso depois dos assassinatos em massa, tentara proteger os judeus da ação dos *Einsatzgruppen* e prestara testemunho em Nuremberg? Ele foi também o único de sua categoria que, em 1952, denunciou-se publicamente pelos assassinatos em massa — mas nunca foi processado por isso.

Restam poucas esperanças de que as coisas venham a mudar agora, mesmo com a administração Adenauer tendo sido forçada a

limpar o Judiciário, expulsando mais de 140 juízes e promotores, além de muitos oficiais de polícia com passados mais do que comprometedores, tendo demitido também Wolfgang Immerwahr Fränkel, promotor-chefe da Suprema Corte Federal, porque, a despeito de seu segundo nome, foi menos do que sincero quando interrogado sobre seu passado nazista. Estima-se que dos 11 500 juízes da *Bundesrepublik*, quinhentos estavam ativos nas cortes sob o regime de Hitler. Em novembro de 1962, logo depois do expurgo do Judiciário e seis meses depois de o nome de Eichmann ter desaparecido dos noticiários, o julgamento longamente esperado de Martin Fellenz teve lugar em Flensburg, diante de uma sala quase vazia. Ex-comandante superior da ss e da polícia, membro destacado do Partido Democrata Livre da Alemanha de Adenauer, ele foi preso em junho de 1960, poucas semanas depois da captura de Eichmann, acusado de participação e responsabilidade parcial no assassinato de 40 mil judeus na Polónia. Depois de mais de seis semanas de testemunho detalhado, o promotor pediu a pena máxima — prisão perpétua com trabalhos forçados. E o júri condenou Fellenz a quatro anos, dos quais ele já cumprira dois anos e meio esperando o julgamento na prisão. Seja como for, não há dúvida de que o julgamento de Eichmann teve sua consequência de maior alcance na Alemanha. A atitude do povo alemão quanto a seu próprio passado, sobre a qual os especialistas na questão alemã haviam se debruçado durante quinze anos, não poderia ter sido demonstrada com mais clareza: as pessoas não se importavam com o rumo dos acontecimentos e não se incomodavam com a presença de assassinos à solta no país, uma vez que nenhuma delas iria cometer assassinato por sua própria vontade; no entanto, se a opinião pública mundial — ou melhor, aquilo que os alemães chamavam *das Ausland*, reunindo todos os países estrangeiros num único substantivo — teimava e exigia que aqueles indivíduos fossem punidos, estavam inteiramente dispostas a agir, pelo menos até certo ponto.

O chanceler Adenauer previra dificuldades e externara sua apreensão no sentido de que o julgamento viesse a “remexer todos os horrores” e produzir uma nova onda de sentimento antigermânico no mundo inteiro, como de fato ocorreu. Durante os dez meses de

que Israel precisou para preparar o julgamento, a Alemanha se ocupou em proteger-se contra os resultados previsíveis, demonstrando um zelo sem precedentes na procura e na acusação de criminosos nazistas dentro do país. Mas em nenhum momento as autoridades alemãs ou algum setor significativo da opinião pública solicitou a extradição de Eichmann, o que parecia uma atitude óbvia, uma vez que todo Estado soberano zela por seu direito de julgar seus próprios acusados. (A posição oficial do governo Adenauer, de que isso não era possível porque não havia tratado de extradição entre Israel e Alemanha, não é válida; isso só queria dizer que Israel não podia ser forçado a extraditar. Fritz Bauer, procurador-geral de Hessen, percebeu esse ponto e solicitou ao governo federal de Bonn permissão para iniciar o processo de extradição. Mas os sentimentos do sr. Bauer nessa questão eram os sentimentos de um judeu alemão, e a opinião pública alemã não concordava com eles; seu pedido não só foi recusado por Bonn, como mal foi notado e ficou absolutamente sem apoio. Outro argumento contra a extradição, usado pelos observadores do governo da Alemanha Ocidental enviados a Jerusalém, era o de que a Alemanha abolira a pena capital e, portanto, não podia executar a sentença que Eichmann merecia. Em vista da brandura demonstrada pelas cortes alemãs com os assassinos de massa nazistas, é difícil não desconfiar de má-fé nessa objeção. Sem dúvida, o maior risco político de um julgamento de Eichmann na Alemanha teria sido a absolvição por falta de *mens rea*, como apontou J. J. Jansen no *Rheinischer Merkur* [11 de agosto de 1961].)

Existe um outro lado dessa questão, mais delicado e politicamente mais relevante. Uma coisa é desentocar criminosos e assassinos de seus esconderijos, outra é encontrá-los importantes e prósprios no âmbito público — encontrar nas administrações estadual e federal e, geralmente, em *cargos* públicos inúmeros homens cujas carreiras floresceram no regime de Hitler. Claro, se a administração Adenauer fosse exigente demais para empregar funcionários com passado nazista comprometedor, talvez não houvesse administradores de nenhuma espécie. Pois a verdade é, evidentemente, o oposto do que disse o dr. Adenauer, para quem só “uma porcentagem relativamente pequena” de alemães foi nazista, ao passo que a

“grande maioria [ficava] feliz de ajudar seus concidadãos judeus, sempre que possível”. (Pelo menos um jornal alemão, o *Frankfurter Rundschau*, fez a pergunta óbvia, pendente há muito tempo — Por que tantas pessoas que deviam conhecer o passado do promotor-chefe, por exemplo, se calaram? — e o próprio jornal deu a resposta ainda mais óbvia: “Porque essas pessoas também se sentiam incriminadas”.) A lógica do julgamento de Eichmann, conforme concebido por Ben-Gurion, com ênfase em questões gerais, em detrimento de sutilezas legais, exigiria a exposição da culpabilidade de todos os funcionários e autoridades alemãs na Solução Final — de todos os servidores públicos dos ministérios estatais, das forças armadas regulares, com seu staff geral, do Judiciário e do mundo empresarial. Mas embora a acusação tenha sido conduzida pelo sr. Hausner de forma a pôr no banco testemunha após testemunha para falar sobre coisas que, embora horrendas e verdadeiras, tinham pouca ou nenhuma ligação com os atos do acusado, essa acusação evitava cuidadosamente tocar na questão altamente explosiva: a cumplicidade quase ubíqua, que se estendera muito além das alas dos membros do Partido. (Antes do julgamento correram boas insinuações de que Eichmann teria apontado “como seus cúmplices centenas de personalidades importantes da República Federal”, mas esses boatos não eram verdadeiros. Em seu discurso de abertura, o sr. Hausner disse que “os cúmplices no crime [de Eichmann] não eram nem gângsters nem homens do submundo”, e prometeu que eles, “doutores e advogados, estudiosos universitários, banqueiros e economistas, seriam encontrados nos conselhos que resolveram exterminar os judeus”. A promessa não foi cumprida, nem poderia ter sido cumprida na forma em que foi feita. Pois nunca existiram “conselhos que resolveram” nada, e os “dignitários togados com formação acadêmica” nunca decidiram o extermínio dos judeus, mas apenas se juntaram para planejar os passos necessários para levar a cabo uma ordem dada por Hitler.) Mesmo assim, um desses casos foi submetido à atenção da corte, o caso do dr. Hans Globke, um dos conselheiros mais próximos de Adenauer, que mais de 25 anos antes fora autor de um comentário infame sobre as Leis de Nuremberg e, um pouco mais adiante, também fora autor da bri-

lhante ideia de estimular todos os judeus alemães a assumir "Israel" e "Sarah" como segundo nome. Mas o nome do sr. Globoke — seu único nome — foi inserido nos procedimentos da Corte Distrital pela defesa, provavelmente apenas com a esperança de "convencer" o governo Adenauer a dar início ao processo de extradição. De toda maneira, o antigo *Ministerialrat* do Interior e o atual *Staatssekretär* da chancelaria de Adenauer tinha, sem dúvida, mais direito do que o ex-mufti de Jerusalém de figurar na história daquilo que os judeus efetivamente sofreram nas mãos dos nazistas.

Porque era a história, no que dizia respeito à acusação, que estava no centro do processo: "Não é um indivíduo que está no banco dos réus neste processo histórico, não é apenas o regime nazista, mas o anti-semitismo ao longo de toda a história." Foi esse o tom estabelecido por Ben-Gurion e seguido fielmente pelo sr. Hausner, que começou seu discurso de abertura (que durou três sessões) com o farol do Egito e com o decreto de Haman de "destruir, matar, e fazê-los perecer". Em seguida, citou Ezequiel: "E quando eu [o Senhor] passei por ti e te vi imundo de teu próprio sangue, disse-te: Em teu sangue, vive", explicando que estas últimas palavras deviam ser entendidas como "o imperativo que confronta esta nação desde sua primeira aparição no palco da história". Mas aquilo era má história e péssima retórica; pior, contrariava diretamente o depoimento de Eichmann em julgamento, sugerindo que talvez ele fosse apenas um inocente executor de algum misterioso destino predeterminado, ou, quem sabe, do próprio anti-semitismo, talvez necessário para marcar a trilha da "estrada manchada de sangue que este povo trilhou" para cumprir seu destino. Algumas sessões depois, quando o professor Salo W. Baron, da Universidade de Columbia, deu seu testemunho sobre a história mais recente do judaísmo da Europa Oriental, o dr. Servatius não resistiu à tentação e fez as perguntas óbvias: "Por que tamanho infortúnio se abateu sobre o povo judeu?" e "Não acha que na base do destino desse povo encontram-se motivações irracionais? Além do entendimento do ser humano?". Será que não existia algo assim como "o espírito da história, que faz a história correr [...] livre da influência dos homens?". Será que o sr. Hausner não estaria basicamente de acordo com "a escola histórica do Direito?"

— alusão a Hegel —, tendo demonstrado que aquilo que "os líderes fazem nem sempre leva ao objetivo e ao destino que pretendiam? [...] A intenção aqui era destruir o povo judeu e o objetivo não foi alcançado, e assim um novo Estado florescente passou a existir". A argumentação da defesa chegou, nesse ponto, perigosamente perto da mais nova orientação anti-semita sobre os Sábios de Sion, formulada com toda a seriedade algumas semanas antes na Assembléia Nacional egípcia pelo ministro do Exterior Hussain Zulficar Sabri: Hitler era inocente da matança dos judeus; ele era uma vítima do sionismo, que o levava a "perpetrar crimes que acabariam por permitir que eles atingissem seu objetivo — a criação do Estado de Israel". Só que o dr. Servatius, adotando a filosofia da história exposta pelo promotor, pusera a História no lugar geralmente reservado aos Sábios de Sion.

Apesar dos esforços de Ben-Gurion e de todo o empenho da acusação, restava um indivíduo no banco dos réus, uma pessoa de carne e osso; e mesmo que Ben-Gurion "não se importasse com o veredicto que Eichmann viesse a receber", inegavelmente a única tarefa do tribunal de Jerusalém seria estabelecer esse veredicto.





## VII A CONFERÊNCIA DE WANNSEE, OU PÔNCIO PILATOS

Meu relato sobre a consciência de Eichmann seguiu até agora provas que ele próprio havia esquecido. Em sua apresentação da questão, o ponto de virada veio não quatro semanas, mas quatro meses depois, em janeiro de 1942, durante a Conferência dos *Staatssekretäre* (subsecretários de Estado), como os nazistas costumavam chamá-la, ou Conferência de Wannsee, como é chamada agora, porque Heydrich convidou os cavalheiros para uma casa que ficava nesse subúrbio de Berlim. Como bem indica o formalismo do nome da conferência, a reunião tinha se tornado necessária porque a Solução Final, se fosse mesmo aplicada em toda a Europa, exigia mais do que aceitação tácita por parte do aparelho estatal do Reich; precisaria da cooperação de todos os ministérios e de todo o serviço público. Os ministros, nove anos depois da ascensão de Hitler ao poder, eram todos velhos membros do Partido — aqueles que nos estágios iniciais do regime haviam meramente se “coordenado”, por melhor que fosse essa acomodação, tinham sido substituídos. Mesmo assim, a maioria deles não merecia confiança total, uma vez que poucos deviam suas carreiras inteiramente aos nazistas, como Heydrich ou Himmler; e aqueles que deviam, como Joachim von Ribbentrop, chefe do Ministério das Relações Exteriores, antigo vendedor de champagne, tendiam a ser insignificantes. O problema era muito mais agudo, porém, em relação aos homens de carreira superior do serviço público, sob as ordens diretas dos ministros, pois esses homens, espinha dorsal de toda a administração governa-

mental, não eram fáceis de substituir, e Hitler os tinha tolerado, assim como Adenauer iria tolerá-los na medida em que não fossem comprometidos demais. Conseqüentemente, os subsecretários, os peritos legais e outros especialistas dos vários ministérios muitas vezes nem eram membros do Partido, e era bem compreensível a apreensão de Heydrich em saber se conseguiria convocar ajuda ativa dessa gente nos assassinatos em massa. Como disse Eichmann, Heydrich “esperava as maiores dificuldades”. Bem, ele não poderia estar mais equivocado.

O objetivo da conferência era coordenar todos os esforços na implementação da Solução Final. A discussão voltou-se primeiro para as “complicadas questões legais”, como o tratamento a ser dispensado aos que eram meio ou um quarto judeus: eles deviam ser mortos ou apenas esterilizados? Em seguida, houve uma discussão franca sobre os “vários tipos de solução possível para o problema”, o que queria dizer os vários métodos de matar, e aqui também houve mais que “alegre concordância entre os participantes”; a Solução Final foi recebida com “extraordinário entusiasmo” por todos os presentes, particularmente pelo dr. Wilhelm Stuckart, subsecretário do Ministério do Interior, conhecido por ser bastante reticente e hesitante diante das medidas “radicais” do Partido, e que se revelou, segundo o testemunho do dr. Hans Globke em Nuremberg, um firme partidário da Lei. Houve certas dificuldades, porém. O subsecretário Josef Bühler, segundo no comando do Governo-Geral da Polônia, ficou chocado com a perspectiva de judeus serem evacuados do Ocidente para o Leste, porque isso significava mais judeus na Polônia, e ele propôs que essas evacuações fossem proteladas e que “a Solução Final começasse no Governo-Geral, onde não havia problema de transporte”. Os cavalheiros das Relações Exteriores apresentaram seu próprio memorando, cuidadosamente elaborado, expressando “os desejos e idéias do Ministério das Relações Exteriores a respeito da solução total da questão judaica na Europa”, e todos prestaram muita atenção. O ponto principal, como Eichmann corretamente observou, era que os membros dos diversos ramos do serviço público não se limitaram a expressar opiniões, mas fizeram propostas concretas. A reunião não durou mais do que uma hora, uma hora e meia,

depois do que foram servidos dringues e todo mundo almoçou — “uma íntima reuniãozinha social”, destinada a fortalecer os contatos pessoais necessários. Para Eichmann, foi uma ocasião importante, pois nunca antes havia tido contato próximo com tantos “altos perseguidores”; ele era de longe o que estava em posição oficial e social mais baixa entre todos os presentes. Tinha enviado os convites e preparado algum material estatístico (cheio de erros incriveis) para o discurso introdutório de Heydrich — 11 milhões de judeus tinham de ser mortos, um empreendimento de certa magnitude — e mais tarde haveria de preparar as atas. Em resumo, Eichmann funcionou como secretário da reunião. Por isso teve permissão, depois que os dignitários partiram, de se sentar perto da lareira junto com seu chefe, Müller, e Heydrich, “e foi essa a primeira vez que vi Heydrich fumar e beber”. Eles não falaram de trabalho, “mas gozaram de um descanso depois de longas horas de trabalho”, muito satisfeitos, principalmente Heydrich, que estava excitado.

Havia outra razão para esse dia da conferência ser inesquecível para Eichmann. Embora estivesse dando o melhor de si para ajudar na Solução Final, ele ainda tinha algumas dúvidas a respeito de “uma solução sangrenta por meio da violência”, e essas dúvidas agora haviam sido dissipadas. “Ali, naquela conferência, as pessoas mais importantes tinham falado, os papas do Terceiro Reich.” Agora ele podia ver com os próprios olhos e ouvir com os próprios ouvidos não apenas Hitler, não apenas Heydrich ou a “estrangeira” Müller, não apenas a SS e o Partido, mas a elite do bom e velho serviço público disputando e brigando entre si pela honra de assumir a liderança dessa questão “sangrenta”. “Naquele momento, eu tive uma espécie de sensação de Pôncio Pilatos, pois me senti livre de toda culpa.” *Quem haveria de ser o juiz? Quem era ele para “ter suas próprias idéias sobre o assunto”? Bem, ele não era o primeiro nem o último a ser corrompido pela modéstia.*

O que veio a seguir, como relembrava Eichmann, fluiu mais ou menos serenamente e logo se tornou rotineiro. Ele logo se transformou num perito de “evacuação forçada”, como já havia sido um perito em “emigração forçada”. Em pais após pais, os judeus tinham de se registrar, eram reunidos e deportados, sendo os vários carre-

gamentos dirigidos para um ou outro centro de extermínio no Leste, dependendo da capacidade relativa de cada um no momento; quando um trem carregado de judeus chegava a um centro, os mais fortes eram escolhidos para trabalhar, muitas vezes operando a máquina de extermínio, e todos os outros eram imediatamente mortos. Ocorriam problemas, mas pequenos. O Ministério das Relações Exteriores mantinha contato com as autoridades dos países estrangeiros que não estavam ocupados nem eram aliados dos nazistas, para pressioná-los a deportar seus judeus ou, conforme o caso, impedir que os evacuassem para o Leste desordenadamente, fora de seqüência e sem a devida consideração pela capacidade de absorção dos centros de extermínio. (Era assim que Eichmann se lembrava da coisa; na verdade, não era tão simples.) Os peritos legais elaboraram a legislação necessária para tornar apátridas as vítimas, o que era importante sob dois aspectos: tornava impossível para qualquer país inquirir sobre o destino deles, e permitia que o Estado em que residiam confiscasse sua propriedade. O Ministério das Finanças e o Reichsbank se prepararam para receber um vasto butim de toda a Europa, inclusive relógios e dentes de ouro. Tudo isso era classificado no Reichsbank e depois mandado para a Casa da Moeda prussiana. O Ministério dos Transportes providenciava os vagões ferroviários necessários, geralmente trens de carga, mesmo em tempos de grande escassez de equipamentos, e providenciava para que os horários de deportação não entrassem em conflito com o horário de outros trens. Eichmann e seus homens informavam aos Conselhos de Anciãos Judeus quantos judeus eram necessários para encher cada trem, e eles elaboravam a lista de deportados. Os judeus se registravam, preenchiam inúmeros formulários, respondiam páginas e páginas de questionários referentes a suas propriedades, de forma que pudessem ser tomadas mais facilmente; depois se reuniam nos pontos de coleta e embarcavam nos trens. Os poucos que tentavam se esconder ou escapar eram recapturados por uma força policial judaica especial. No entender de Eichmann, ninguém protestou, ninguém se recusou a cooperar. “*Immerzu fahren hier die Leute zu ihrem eigenen Begräbnis*” (Dia após dia, as pessoas aqui

partem para seu próprio funeral), como disse um observador judeu em Berlim, em 1943.

A mera aquiescência não seria suficiente nem para uniformizar as enormes dificuldades de uma operação que logo abarcaria a totalidade da Europa ocupada ou aliada, nem para acalmar as consciências dos operadores que, afinal de contas, tinham sido criados com o mandamento “Não matarás” e conheciam o versículo da Bíblia “Mataste e herdaste”, tão adequadamente citado no julgamento da Corte Distrital de Jerusalém. Aquilo que Eichmann chamou de “turbilhão de morte”, que se abateu sobre a Alemanha depois das imensas perdas de Stalingrado — os bombardeios incessantes de cidades alemãs, desculpa usual de Eichmann para o morticínio de civis, e ainda em curso na Alemanha — tomando corriqueira a visão de coisas diferentes das atrocidades relatadas em Jerusalém, mas não menos horríveis, pode bem ter contribuído para abater, ou melhor, extinguir a consciência, se é que sobrava ainda alguma consciência quando isso aconteceu: contudo, não era isso o que a evidência empírica indicava. A máquina de extermínio havia sido planejada e aperfeiçoada em todos os detalhes muitos antes do horror da guerra atingir a própria Alemanha, e sua intrincada burocracia funcionou com a mesma impassível precisão tanto nos anos de vitória fácil como naqueles de derrota previsível. No começo, quando as pessoas podiam ter ainda alguma consciência, quase não ocorreram deserções entre a elite governante e os comandantes superiores da SS; essas defecções se fizeram notar só quando ficou evidente que a Alemanha ia perder a guerra. Além disso, essas perdas nunca foram sérias a ponto de desequilibrar a máquina; elas consistiam em atos individuais não de misericórdia, mas de corrupção, inspirados não pela consciência, mas pelo desejo de guardar algum dinheiro ou alguns contatos para os dias sombrios que estavam por vir. A ordem de suspender o extermínio e desmontar as instalações dos pavilhões da morte, dada por Himmler no outono de 1944, protou de sua absurda, mas sincera convicção de que os poderes aliados saberiam como apreciar esse gesto de atenção; ele contou a um incrível Eichmann que com isso ele

poderia negociar uma *Hubertusburger-Frieden* — alusão ao Tratado de Paz de Hubertusburg que encerrou a Guerra dos Sete Anos de Frederico II da Prússia, em 1763, e permitiu que a Prússia retivesse a Silésia, apesar de ter perdido a guerra.

Eichmann contou que o fator mais potente para acalmar a sua própria consciência foi o simples fato de não ver ninguém, absolutamente ninguém, efetivamente contrário à Solução Final. Ele encontrou uma exceção, porém, que mencionou diversas vezes e que deve tê-lo impressionado muito. Foi na Hungria, quando ele estava negociando com o dr. Kasner a oferta de Himmler de liberar um milhão de judeus em troca de 10 mil caminhões. Kasner, aparentemente fortalecido pelo novo rumo das coisas, pediu a Eichmann que parasse “os moinhos de morte de Auschwitz”, e Eichmann respondeu que o faria “com o maior prazer” (*herzlich gern*), mas que infelizmente isso estava fora de sua alçada e fora da alçada de seus superiores, como de fato estava. Evidentemente, ele não esperava que os judeus compartilhassem o entusiasmo geral por sua destruição, mas esperava mais que complacência. Esperava — e recebeu, a um ponto verdadeiramente extraordinário — a cooperação deles. Isso era “evidentemente, a pedra angular” de tudo o que fazia, como havia sido a pedra angular de suas atividades em Viena. Não fosse a ajuda judaica no trabalho administrativo e policial — o agrupamento dos judeus de Berlim foi, como já mencionei, feito inteiramente pela polícia judaica —, teria ocorrido ou o caos absoluto ou uma drenagem extremamente significativa do potencial humano alemão. (“Não há dúvida de que, sem a cooperação das vítimas, dificilmente teria sido possível para uns poucos milhares de pessoas, a maioria das quais, além de tudo, trabalhava em escritórios, liquidar muitas centenas de milhares de pessoas [...] Ao longo de todo o caminho para as suas mortes, os judeus poloneses não viam mais que um punhado de alemães.” Assim se expressa R. Perlmutter na publicação mencionada acima. Isso se aplica em medida ainda maior aos judeus que foram transportados à Polônia para lá morrer.) Daí que o estabelecimento de governos de fachada em territórios ocupados fosse sempre acompanhado pela organização de um escritório judeu central; e como veremos mais tarde, nos luga-

res onde os nazistas não conseguiram estabelecer um governo marionete, fracassou também a obtenção da cooperação dos judeus. Mas enquanto os membros dos governos de fachada eram geralmente escolhidos entre os partidos de oposição, os membros dos Conselhos Judeus eram, como regra, os líderes judeus regionalmente reconhecidos, a quem os nazistas davam enormes poderes — até eles também serem deportados para Theresienstadt ou Bergen-Belsen, se eram da Europa Central ou Oriental, ou para Auschwitz, se eram da comunidade da Europa Ocidental.

Para um judeu, o papel desempenhado pelos líderes judeus na destruição de seu próprio povo é, sem nenhuma dúvida, o capítulo mais sombrio de toda uma história de sombras. Isso já era sabido antes, mas agora foi exposto pela primeira vez em todos os seus patéticos e sórdidos detalhes por Raul Hilberg, cuja obra *The Destruction of the European Jews*, já mencionei antes. Na questão da cooperação, não havia diferença entre as comunidades aliamente assimiladas da Europa Central e Ocidental e as massas falantes do idioma no Leste. Em Amsterdã assim como em Varsóvia, em Berlim como em Budapeste, os funcionários judeus mereciam toda confiança ao compilar as listas de pessoas e de suas propriedades, ao reter o dinheiro dos deportados para abater as despesas de sua deportação e extermínio, ao controlar os apartamentos vazios, ao suprir forças policiais para ajudar a prender os judeus e conduzi-los aos trens, e até, num último gesto, ao entregar os bens da comunidade judaica em ordem para o confisco final. Eles distribuíam os emblemas da Estrela Amarela e, às vezes, como em Varsóvia, “a venda de bragaadeiras tornou-se um negócio normal; havia as faixas comuns de pano e as faixas especiais de plástico que eram laváveis”. Nos manifestos que publicavam, inspirados pelos nazistas, mas não ditados pelos nazistas, ainda se pode perceber o quanto gostavam de seus novos poderes — “O Conselho Judeu Central foi brindado com o direito de dispor absolutamente de toda riqueza espiritual e material dos judeus e de toda força de trabalho judaica”, como dizia o primeiro anúncio do Conselho de Budapeste. Sabemos o que sentiam os funcionários judeus quando se transformaram em instrumentos de assassinos: como capitães “cujos navios estavam a ponto de

afundar e que conseguiam levá-lo em segurança até o porto atirando ao mar parte de sua preciosa carga”; como salvadores que “com cem vítimas salvam mil pessoas, com mil salvavam 10 mil”. A verdade era ainda mais terrível. O dr. Kastner, da Hungria, por exemplo, salvou exatamente 1684 pessoas entre cerca de 476 mil vítimas. A fim de não deixar a seleção a cargo do “destino cego”, eram necessários “princípios realmente sagrados como força guia para a fraca mão humana que registra no papel o nome de uma pessoa desconhecida e com isso decide sua vida ou sua morte”. E quem esses “princípios sagrados” selecionavam para salvação? Aquelas “que haviam trabalhado toda a vida pela *zibur* [comunidade]” — isto é, os funcionários — e os “judeus mais importantes”, como diz Kastner em seu relato.

Ninguém se dava ao trabalho de fazer os funcionários judeus jurar segredo; eles eram “portadores de segredos” voluntários, fosse para garantir a calma e evitar pânico, como no caso do dr. Kastner, fosse por considerações “humanas” — pois “viver na expectativa da morte por gás só podia ser pior”, como pensava o dr. Leo Baeck, ex-rabino-chefe de Berlim. Durante o julgamento de Eichmann, uma testemunha falou das conseqüências infelizes desse tipo de “humanidade” — as pessoas se apresentavam voluntariamente para a deportação de Theresienstadt para Auschwitz e denunciavam como “insanas” aquelas que tentavam lhes dizer a verdade. Conhecemos muito bem o perfil dos líderes judeus durante o período nazista; eles variavam desde Chaim Rumkowski, Anção dos Judeus de Lódz, chamado Chaim I, que expediu cédulas de dinheiro com sua assinatura e selos de correio com seu retrato, e andava numa velha carruagem puxada a cavalo; até Leo Baeck, educado, de boas maneiras, altamente ilustrado, que acreditava que policiais judeus seriam “mais gentis e atenciosos” e iriam “aliviar a carga” (quando, de fato, eles eram evidentemente mais brutais e menos corruptíveis, uma vez que para eles havia muito mais em jogo); até, finalmente, uns poucos que cometeram suicídio — como Adam Czerniakow, presidente do Conselho Judeu de Varsóvia, que não era rabino, e sim um descrente engenheiro judeu de língua polonesa,

mas que devia ainda lembrar o dito rabínico: "Deixe que matem você, mas não cruze a linha".

Era quase evidente que a acusação em Jerusalém, tão cuidado-sa em não atravancar a administração Adenauer, devia ter evitado, por razões maiores e mais evidentes, trazer à baila esse capítulo da história. (Essas questões, porém, foram discutidas muito abertamente e com surpreendente franqueza nos livros escolares israelenses — como se pode depreender do artigo "Young Israelis and Jews Abroad — A Study of Selected History Textbooks", de Mark M. Krug, em *Comparative Education Review*, outubro de 1963.) O capítulo teve de ser incluído ali, porque esclarecia certas lacunas inexplicáveis na documentação de um caso em geral superdocumentado. Os juízes mencionaram um desses exemplos, a ausência do livro *Theresienstadt 1941-1945* (1955), de H. G. Adler, que a acusação, um tanto embaraçada admitiu ser "autêntico, baseado em fontes irrefutáveis". A razão da omissão é clara. O livro descreve em detalhes como as temidas "listas de transporte" eram elaboradas pelo Conselho Judeu de Theresienstadt depois que a SS fornecia diretrizes gerais, estipulando quantos deviam ser enviados, de que idade, sexo, profissão e país de origem. A acusação teria enfraquecido seu argumento se fosse forçada a admitir que a escolha dos indivíduos mandados para o fim era, com poucas exceções, tarefa da administração judaica. E o Procurador do Estado, sr. Ya'akov Baror, que acompanhou a intervenção da bancada, de certa forma indicou isso ao dizer: "Estou tentando trazer à baila coisas que de certa forma se referem ao acusado sem prejudicar o quadro em seu todo". O quadro teria sido realmente muito prejudicado com a inclusão do livro de Adler, uma vez que ele teria contrariado o testemunho dado pela principal testemunha de Theresienstadt, que disse que o próprio Eichmann fazia essas seleções individuais. Mais importante ainda, o quadro geral da acusação trazendo uma nítida divisão entre perseguidores e vítimas teria sido muito prejudicado. Revelar provas que não servem para a acusação é, em geral, tarefa da defesa, e é difícil responder porque o dr. Servatius, que chegou a perceber pequenas contradições no testemunho, não se valeu dessa documentação bem conhecida e tão fácil de obter. Ele podia ter apontado o fato de Eich-

mann, logo depois de ser transformado de perito em emigrado em perito em "evacuação", ter nomeado seus velhos colaboradores judeus no negócio da emigração — o dr. Paul Epstein, que tinha sido encarregado da emigração em Berlim, e o rabino Benjamin Marmelstein, que tinha o mesmo posto em Viena — como "Anciãos Judeus" em Theresienstadt. Isso teria feito mais para demonstrar a atmosfera em que Eichmann trabalhava do que toda a conversa desagradável e muitas vezes diretamente ofensiva sobre juramentos, lealdade, e as virtudes da obediência inquestionada.

O testemunho da sra. Charlotte Salzberger sobre Theresienstadt, do qual fiz citações acima, nos permitiu olhar pelo menos de relance esse canto negligenciado daquilo que a acusação chamava sempre de "quadro geral". O juiz presidente não gostou do termo e não gostou do quadro. Ele disse diversas vezes ao Procurador-Geral que "aquí não estamos desenhando quadros", aqui temos "um indiciamento e esse indiciamento é a base de nosso julgamento", que a corte "tinha sua própria opinião sobre esse julgamento, de acordo com o indiciamento" e que "a acusação tem de se adequar ao que a corte estabelece" — admoestações admiráveis para um processo criminal, nenhuma das quais foi atendida. A acusação não apenas as desdenhou como simplesmente se recusou a interrogar ativamente suas testemunhas — se a corte ficava muito insatisfeita, fazia-lhes algumas perguntas ao acaso, sem o menor rigor, resultando disso que as testemunhas se comportavam como se fossem oradores numa reunião patrocinada pelo Procurador-Geral, que as apresentava à platéia antes que tomassem seu lugar. Elas podiam falar quase tanto quanto quisessem, e erararo que lhes fizessem uma pergunta específica.

Essa atmosfera, não de um julgamento-espetáculo, mas de uma reunião de massa, na qual orador após orador faz o que pode para comover a platéia, foi especialmente notável quando a acusação chamou testemunha após testemunha para fazer declarações sobre o levante no gueto de Varsóvia e outras tentativas semelhantes em Vilna e Kovno — assuntos que não tinham nenhuma relação com os crimes do acusado. O testemunho dessas pessoas teria contribuído com alguma coisa para o julgamento se elas tivessem falado das ati-



vidades dos Conselhos Judeus, que desempenharam um papel tão grande e desastroso naqueles esforços heróicos. Evidentemente, houve menções a isso: ao se falar dos “homens da ss e seus ajudantes”, algumas testemunhas disseram incluir entre estes últimos “a polícia do gueto, que também era um instrumento nas mãos dos assassinos nazistas”, além do *Judenrat*, mas não “elaboravam” esse lado da história, preferindo mudar a discussão para o papel dos verdadeiros traidores, que eram poucos, e que eram “gente sem nome, desconhecidos do público judeu”, e em cujas mãos sofreram todos os clandestinos que lutaram contra os nazistas. (Enquanto essas testemunhas falavam, a platéia mudara de novo; era agora constituída de *Kibutznikim*, membros dos assentamentos comunais israelenses aos quais pertenciam os oradores.) O relato mais puro e claro foi feito por Zivia Lubetkin Zuckerman, então uma mulher de cerca de quarenta anos, ainda muito bonita, completamente desprovida de sentimentalismo ou auto-indulgência. Seus fatos eram bem organizados e sempre bastante pertinentes ao que ela queria demonstrar. Legalmente, as declarações dessas testemunhas eram irrelevantes — o sr. Hausner não mencionou nenhum deles em seu discurso de encerramento —, a não ser na medida em que constituíam prova de contatos próximos entre guerrilheiros judeus e combatentes clandestinos poloneses e russos, coisa que, além de contradizer outros testemunhos (“Tinhamos toda a população contra nós”), podia ter sido útil para a defesa, uma vez que oferecia uma justificativa melhor para a execução em massa de civis do que a insistente alegação de Eichmann de que “Weizmann havia declarado guerra à Alemanha em 1939”. (Isso era bobagem pura. Tudo o que Chaim Weizmann disse, no encerramento do último congresso sionista antes da guerra, foi que a guerra das democracias ocidentais “é nossa guerra, sua luta é nossa luta”. A tragédia, como Hausner apontou corretamente, era precisamente que os judeus não eram reconhecidos como beligerantes pelos nazistas, porque se o fossem teriam sobrevivido em campos de prisioneiros de guerra ou de internamento de civis.) Se o dr. Servatius tivesse feito essa observação, a acusação teria sido forçada a admitir que esses grupos de resistência eram miseravelmente pequenos e essencialmente inofensivos — e, além

disso, pouco representavam a população judaica, que em certo ponto chegou a pegar em armas contra eles.

Se ficava dolorosamente clara a morosa irrelevância legal de todos esses testemunhos, também não era difícil de adivinhar a intenção política do governo israelense ao apresentá-los. O sr. Hausner (ou o sr. Ben-Gurion) provavelmente queria demonstrar que toda resistência que pudesse ter havido vinha sempre dos sionistas, como se entre todos os judeus apenas os sionistas sublessem que, quando não se pode salvar a própria vida, talvez possa ainda valer a pena salvar a honra, como afirmou a sra. Zuckerman; queria demonstrar que o pior que podia acontecer a um ser humano em tais circunstâncias era ser e continuar “inocente”, como ficou claro pelo teor e tendência do testemunho da sra. Zuckerman. No entanto, essas intenções “políticas” saíram pela culatra, pois as testemunhas eram sinceras e disseram à corte que todas as organizações e partidos judaicos haviam desempenhado seu papel na resistência, de forma que a verdadeira distinção não devia ser entre sionistas e não-sionistas, mas entre povo organizado e desorganizado e, ainda mais importante, entre os jovens e os de meia-idade. Sem dúvida, os que resistiram foram minoria, uma minúscula minoria, mas nessas circunstâncias “o milagre era existir essa minoria”, como disse uma das testemunhas.

Deixando de lado as considerações legais, o comparecimento ao banco de testemunhas de ex-combatentes da resistência judaica era bem-vindo. Dissiparia o espectro da cooperação universal, dissiparia a atmosfera sufocante, envenenada, que havia circundado a Solução Final. O fato bem conhecido de que o trabalho direto dos centros de extermínio ficava usualmente nas mãos de comandos judeus foi justa e cabalmente estabelecido pelas testemunhas de acusação — como eles trabalhavam nas câmaras de gás e nos crematórios, como eles arrancavam os dentes de ouro e cortavam o cabelo dos mortos, como eles cavavam os túmulos e os desenterravam de novo para eliminar os traços do assassinato em massa; como técnicos judeus haviam construído as câmaras de gás em Theresienstadt, onde a “autonomia” dos judeus havia sido levada tão longe que até o carrasco era judeu. Mas isso era simplesmente hor-



rível, não era um problema moral. A seleção de classificação de trabalhadores nos campos era feita pela SS, que demonstrava nítida predileção pelos elementos criminosos; e, de toda forma, só podia mesmo ser uma seleção pelos piores critérios. (Isso era especialmente verdadeiro na Polônia, onde os nazistas exterminaram uma vasta proporção da *intelligentzia* judaica, ao mesmo tempo que mataram intelectuais poloneses e membros de profissões liberais — em forte contraste, diga-se de passagem, com sua política para a Europa Ocidental, onde tentavam salvar os judeus importantes para trocá-los por civis alemães internos ou prisioneiros de guerra; Bergen-Belsen foi originalmente um campo de “troca de judeus”.) O problema moral estava em quanto de verdade havia na descrição que Eichmann fez da cooperação judaica, mesmo sob as condições da Solução Final: “A formação do Conselho Judeu [em Theresienstadt] e a distribuição de negócios foi deixada à discricção do Conselho, exceto na escolha do presidente, quem seria o presidente, que dependia de nós, claro. Essa escolha, porém, não tinha a forma de uma decisão ditatorial. Os funcionários com quem mantínhamos contato constante — bem, eles tinham de ser tratados com luvas de pelica. Eles não recebiam ordens, pela simples razão de que os funcionários principais tinham sido informados de que fazer as coisas na forma de “você tem de”, “você precisa”, não ajudaria nada. Se a pessoa em questão não gosta do que está fazendo, todo o trabalho sofre [...] Fizemos o possível para tornar tudo palatável”. Sem dúvida que fizeram; o problema é saber como puderam ter sucesso.

Assim, a omissão mais grave do “quadro geral” ocorria quando uma testemunha falava sobre a cooperação entre os governantes nazistas e as autoridades judaicas, e com isso dava oportunidade a que se fizesse a pergunta: “Por que você cooperou com a destruição de seu próprio povo e com sua própria ruína?”. A única testemunha que havia sido membro importante de um *Judenrat* foi Pinchas Freudiger, ex-barão Philip von Freudiger, de Budapeste, e durante seu testemunho ocorreram os únicos incidentes sérios na platéia; pessoas gritaram com a testemunha em húngaro e em iídiche, e a corte teve de interromper a sessão. Freudiger, um judeu ortodoxo de considerável dignidade, ficou abalado: “Existem aqui pessoas que

dizem que não foram aconselhadas a fugir. Mas 50% das pessoas que fugiram foram capturadas e mortas” — em contraste com os 95% entre as que não fugiram. “Para onde poderiam ter ido? Onde poderiam ter se abrigado?” — ele mesmo escapou para a Romênia, porque era rico e Wisliceny o ajudou. “O que poderíamos ter feito? O que poderíamos ter feito?” E a única resposta para isso veio do juiz presidente: “Não acho que isso seja resposta a uma pergunta” — a pergunta feita pela galeria, não pela corte.

A questão da cooperação foi mencionada duas vezes pelos juízes: o juiz Yitzak Raveh arrancou de uma das testemunhas da resistência a admissão de que a “polícia do gueto” era um “instrumento nas mãos dos assassinos” e conseguiu também o reconhecimento da “política de cooperação dos *Judenrat* com os nazistas”; e no segundo interrogatório, o juiz Halevi descobriu com Eichmann que os nazistas tinham visto essa cooperação como a pedra angular de sua política para os judeus. Mas a pergunta que o promotor fazia regularmente a cada testemunha, exceto aos combatentes, pergunta que soava tão natural àqueles que nada sabiam dos antecedentes do julgamento, a pergunta “Por que você não se rebelou?”, serviu na verdade de cortina de fumaça para a pergunta que não foi feita. E assim ocorreu que todas as respostas à pergunta irrespondível que o sr. Hausner fez a suas testemunhas eram bem menos do que “a verdade, toda a verdade e nada mais que a verdade”. A verdade era que o povo judeu não era um todo organizado, que não possuía território, governo, nem exército em sua hora de maior precisão, não tinha um governo no exílio para representá-lo entre os Aliados (a Agência Judaica para a Palestina, presidida pelo dr. Weizmann, era na melhor das hipóteses um substituto miserável), nem um esconderijo de armas, nem uma juventude com treinamento militar. Mas a verdade integral é que existiam organizações comunitárias judaicas e organizações recreativas e assistenciais tanto em nível local como internacional. Onde quer que vivessem judeus, havia líderes judeus reconhecidos, e essa liderança, quase sem exceção, cooperou com os nazistas de uma forma ou de outra, por uma ou outra razão. A verdade integral era que, se o povo judeu estivesse desorganizado e sem líderes, teria havido caos e muita miséria, mas o número total de víti-

mas dificilmente teria ficado entre 4 milhões e meio e 6 milhões de pessoas. (Pelos cálculos de Freudiger, metade delas estaria salva se não tivesse seguido as instruções dos Conselhos Judeus. Isso, evidentemente, é uma mera estimativa, que no entanto quase coincide com os números bastante confiáveis que temos da Holanda e que devo ao dr. L. de Jong, chefe do Instituto de Estado dos Países Baixos para a Documentação de Guerra. Na Holanda, onde os *Joodsche Raad*, assim como todas as autoridades holandesas, logo se transformaram em “instrumentos dos nazistas”, 103 mil judeus foram deportados para os campos de extermínio e cerca de 5 mil para Theresienstadt da maneira usual, isto é, com a cooperação do Conselho Judeu. Apenas 519 judeus voltaram dos campos de extermínio. Em contraste com esse número, sobreviveram 10 mil dos 25 mil judeus que escaparam dos nazistas — e também do Conselho Judeu — e partiram para a clandestinidade; mais uma vez, de 40% a 50%. A maioria dos judeus mandada para Theresienstadt voltou para a Holanda.)

Deixe-me sobre esse capítulo do caso, que o tribunal de Jerusalém deixou de apresentar aos olhos do mundo em suas verdadeiras dimensões, porque ele oferece uma visão notável da totalidade do colapso moral que os nazistas provocaram na respeitável sociedade europeia — não apenas na Alemanha, mas em quase todos os países, não só entre os perseguidores, mas também entre as vítimas. Ao contrário de outros elementos do movimento nazista, Eichmann sempre se deslumbrou com a “boa sociedade”, e a polidez que demonstrava com funcionários judeus que falassem alemão era em grande parte resultado de sua suposição de que estava lidando com gente que lhe era socialmente superior. Ele não era de forma alguma o que uma das testemunhas disse que era, um “*Landsknecht-natur*”, um mercenário, que só queria escapar para regiões onde não existissem os Dez Mandamentos e onde um homem pode fazer o que bem entender. Ele acreditava ferozmente e até o fim no sucesso, padrão principal da “boa sociedade” conforme ele a conhecia. Muito típica disso foi sua última palavra sobre o assunto Hitler — a quem ele e seu camarada Sassen haviam combinado “deixar de fora” em sua entrevista: Hitler, disse ele, “pode ter estado errado do

começo ao fim, mas uma coisa está acima de qualquer dúvida: esse homem conseguiu abrir seu caminho de cabo lanceiro do Exército alemão até Fühner de um povo de quase 80 milhões [...] Bastava o seu sucesso para me provar que eu devia me subordinar a esse homem”. Sua consciência ficou efetivamente tranqüila quando ele viu o zelo e o empenho com que a “boa sociedade” de todas as partes reagia ao que ele fazia. Ele não precisava “cerrar os ouvidos para a voz da consciência”, como diz o preceito, não porque ele não tivesse nenhuma consciência, mas porque sua consciência falava com “voz respeitável”, com a voz da sociedade respeitável a sua volta.

Uma das alegações de Eichmann era que nenhuma voz se levantara no mundo exterior para despertar sua consciência, e que era tarefa da acusação provar que não era assim, que havia vozes que ele poderia ter ouvido e que, de toda forma, fizera seu trabalho com um zelo muito além do chamado do dever. Esse ponto se mostrou verdadeiro, ainda que, por estranho que pareça, seu empenho assasino não fosse inteiramente desligado da ambigüidade das vozes daqueles que, em um ou outro momento, tentaram detê-lo. Basta mencionar aqui, de passagem, a chamada “emigração interna” da Alemanha — aquelas pessoas que muitas vezes tinham postos, até altos postos, no Terceiro Reich e que, depois do fim da guerra, disseram a si mesmas e ao mundo em geral que tinham sido sempre “internamente opostas” ao regime. A questão aqui não é saber se estão ou não dizendo a verdade; a questão é, ao contrário, que nenhum segredo, na atmosfera cheia de segredos do regime de Hitler, foi tão bem guardado quanto essa “oposição interna”. Isso era quase de se esperar nas condições do terror nazista; como me disse um conhecido “emigrante interno”, que certamente acreditava na própria sinceridade, eles tinham de parecer “externamente” mais nazistas que o nazista comum a fim de manter seu segredo. (Isso talvez possa explicar porque os poucos protestos conhecidos contra o programa de extermínio não tenham vindo dos comandantes do Exército, mas de velhos membros do Partido.) A única maneira possível de viver no Terceiro Reich e não agir como nazista consistia em não aparecer de forma alguma: “retirar-se de toda participação significativa na vida pública” era, de fato, o único critério pelo qual

era possível medir a culpa individual, como observou Otto Kirchheimer em seu recente *Political Justice* (1961). Se o termo faz algum sentido, o “emigrante interno” só podia ser alguém que vivia “como náufrago entre seu próprio povo, em meio às massas crédulas”, como disse o professor Hermann Jahreiss em sua “Declaração dos Advogados de Defesa”, diante do tribunal de Nuremberg. Pois a oposição era “inteiramente sem sentido” na ausência de toda e qualquer organização. É verdade que havia alemães que viveram doze anos nesse “frio exterior”, mas seu número era insignificante, mesmo entre os membros da Resistência. Em anos recentes, a palavra-de-ordem da “emigração interna” se transformou numa espécie de piada (o próprio termo tem um sabor definitivamente equivoco, uma vez que pode indicar tanto uma emigração para as regiões internas da alma como uma forma de se portar como um emigrante). O sinistro dr. Otto Bradfisch, ex-membro de um dos *Einsatzgruppen*, que coordenou o assassinato de pelo menos 15 mil pessoas, contou a uma corte alemã que sempre tinha sido “internamente oposto” ao que estava fazendo. Talvez a morte de 15 mil pessoas fosse necessária para lhe fornecer um alibi aos olhos dos “verdadeiros nazistas”. (O mesmo argumento foi usado, embora com resultado bem menos satisfatório, num tribunal polonês, pelo ex-*Gauleiter* de Warthegau, Arthur Greisen: só a sua “alma oficial” havia cometido os crimes pelos quais foi enforcado em 1946; sua “alma privada” sempre fora contra eles.)

Eichmann pode não ter nunca encontrado um “emigrante interno”, mas deve ter conhecido muitos daqueles numerosos funcionários públicos que hoje afirmam ter ficado em seus postos por nenhuma outra razão senão “mitigar” as coisas e impedir que os “nazistas de verdade” se apoderassem de seus postos. Já mencionamos o famoso caso do dr. Hans Globke, subsecretário de Estado e chefe da divisão de pessoal da Chancelaria da Alemanha Ocidental de 1953 a 1963. Como ele foi o único funcionário público de sua categoria a ser mencionado durante o julgamento, talvez valha a pena examinar suas atividades mitigantes. O dr. Globke era empregado do Ministério do Interior prussiano antes da ascensão de Hitler ao poder, e lá demonstrou um interesse bastante prematuro na questão judai-

ca. Foi ele quem formulou a primeira diretiva a exigir “prova de ascendência ariana”, neste caso de pessoas que pediam permissão para mudar de nome. Essa circular de dezembro de 1932 — expedida num momento em que a subida de Hitler ao poder ainda não era uma certeza, mas uma forte possibilidade — antecipa, estranhamente, os “decretos altamente confidenciais”, ou seja, a norma tipicamente totalitária que utiliza leis que não são levadas à atenção do público, como o regime de Hitler faria muito depois, advertindo a seus destinatários que “estas diretivas não devem ser publicadas”. O dr. Globke, como mencionei, manteve seu interesse por nomes. O Comentário às Leis de Nuremberg que ele redigiu em 1935 era consideravelmente mais áspero que a interpretação anterior da *Rassenschande* pelo perito em assuntos judaicos do Ministério do Interior, dr. Bernhard Lösener, velho membro do Partido, e por isso pode-se até acusar Globke de ter tornado as coisas piores do que eram com os “nazistas de verdade”. Mas mesmo se acreditarmos em todas as suas boas intenções, é difícil entender o que ele poderia ter feito naquelas circunstâncias para melhorar as coisas. Recentemente, porém, um jornal alemão, depois de muito pesquisar, topou com a resposta para essa intrigante pergunta. Encontraram um documento, decididamente assinado pelo dr. Globke, que determinava que as noivas techeas de soldados alemães teriam de fornecer fotos de si mesmas em maíô para conseguir a licença de casamento. E o dr. Globke explicou: “Com essa determinação confidencial um escândalo que já durava três anos foi até certo ponto *mitigado*”; pois até a sua intervenção, as noivas techeas tinham de fornecer fotografias que as mostrassem inteiramente nuas.

Conforme explicou em Nuremberg, o dr. Globke teve a sorte de trabalhar sob as ordens de outro “mitigador”, o *Staatssekretär* (subsecretário de Estado) Wilhelm Stuckart, que já encontramos como um dos empenhados membros da Conferência de Wannsee. As atividades atenuantes de Stuckart diziam respeito aos meio-judeus, que ele propunha esterilizar. (A corte de Nuremberg, de posse das atas da Conferência de Wannsee, pode não ter acreditado que ele não sabia nada sobre o programa de extermínio, mas condenou-o a uma pena de prisão que ele não precisou cumprir em virtude de

sua saúde debilitada. Um tribunal alemão de desnazificação impôs-lhe uma multa de quinhentos marcos e declarou-o “membro nominal do Partido” — um *Mitläufer* —, muito embora se soubesse que Stuckart pertencia à “velha-guarda” do Partido e tinha se filiado cedo à SS, como membro honorário.) Evidentemente, a história dos “mitigadores” nos escritórios de Hitler faz parte dos contos de fadas do pós-guerra, e podemos descartá-las também como vozes que pudessem ter chegado à consciência de Eichmann.

A questão das “vozes” tornou-se séria em Jerusalém quando apareceu no tribunal o pastor Heinrich Grüber, um ministro protestante que foi a única testemunha alemã para a acusação e, a não ser pelo juiz Michael Musmanno dos Estados Unidos, o único não-judeu. (As testemunhas alemãs para a defesa foram excluídas de início, visto que estariam se expondo a prisão e julgamento em Israel pela mesma legislação que agora julgava Eichmann.) O pastor Grüber pertencera ao grupo numericamente pequeno e politicamente irrelevante de pessoas que se opuseram a Hitler por princípio, e não por considerações nacionalistas, e cuja posição na questão judaica era inequívoca. Ele prometia ser uma esplêndida testemunha, uma vez que Eichmann havia negociado com ele diversas vezes, e sua mera aparição na corte criou uma espécie de sensação. Infelizmente, seu testemunho foi vago; ele não se lembrava, depois de tantos anos, de quando tinha falado com Eichmann, nem sobre o quê — o que era mais sério. Tudo o que lembrava claramente era que tinha uma vez pedido um carregamento de pães sem fermento para a Páscoa na Hungria, e que havia viajado até a Suíça durante a guerra para contar aos seus amigos cristãos como a situação era perigosa e insistir para que houvesse mais oportunidades de emigração. (As negociações devem ter ocorrido antes da implementação da Solução Final, que coincidiu com o decreto de Himmler proibindo toda emigração; elas ocorreram provavelmente antes da invasão da Rússia.) Ele conseguiu seu pão sem fermento, e foi e voltou da Suíça em segurança. Seus problemas começaram depois, quando tiveram início as deportações. O pastor Grüber e seu grupo de clérigos protestantes entrevistaram primeiro “em favor de pessoas que foram feridas na Primeira Guerra Mundial e daqueles que receberam altas

condecorações militares; em favor dos velhos e das viúvas dos que morreram na Primeira Guerra Mundial”. Essas categorias correspondiam àquelas que tinham sido originalmente isentadas pelos próprios nazistas. Agora, Grüber era informado que o que estava fazendo “contrariava a política do governo”, mas nada sério aconteceu com ele. Porém logo depois disso, o pastor Grüber fez algo realmente extraordinário: tentou chegar ao campo de concentração de Gurs, no Sul da França, onde a França de Vichy havia internado, junto com refugiados judeus alemães, cerca de 7500 judeus de Baden e do Saarpfalz que Eichmann havia contrabandeado pela fronteira franco-alemã no outono de 1940 e que, segundo a informação do pastor Grüber, estavam em condições ainda piores do que os judeus deportados para a Polónia. Como resultado dessa tentativa, ele foi detido e posto num campo de concentração — primeiro em Sachsenhausen, depois em Dachau. (Destino semelhante teve o arcebispo católico Bernhard Lichtenberg, da Catedral de Santa Hedwig em Berlim; ele não só ousou rezar em público por todos os judeus, batizados ou não — o que era consideravelmente mais perigoso do que intervir em “casos especiais” —, como também solicitou autorização para se juntar aos judeus em sua viagem para o Leste. Morreu a caminho do campo de concentração.)

Além de atestar a existência de uma “outra Alemanha”, o pastor Grüber não contribuiu muito para o significado legal ou histórico do julgamento. Ele estava cheio de preconceitos sobre Eichmann — ele era como “um bloco de gelo”, como “inármoro”, um *Land-skechtsnatür*”, um “ciclista” (expressão idiomática alemã para alguém que abaixa a cabeça para seus superiores e chuta seus subordinados) —, com os quais mostrava não ser um bom psicólogo; além disso, a acusação de “ciclista” era desmentida por provas que mostravam que Eichmann era bem decente com seus subordinados. De toda forma, eram interpretações e conclusões que normalmente seriam descartadas em qualquer tribunal, mas que em Jerusalém se encaixaram no julgamento. Sem elas o testemunho do pastor Grüber teria fortalecido a defesa, pois Eichmann nunca deu uma resposta direta a Grüber, sempre pediu que voltasse depois, porque tinha de pedir instruções. Mais importante, o dr. Servatius pelo menos

dessa vez tomou a iniciativa e fez à testemunha uma pergunta altamente pertinente: “O senhor tentou influenciá-lo? Tentou, como religioso, apelar para os sentimentos dele, fazer um sermão para ele, e lhe dizer que sua conduta era contrária à moralidade?”. Evidentemente o bravo pastor não tinha feito nada do tipo, e suas respostas foram altamente embaraçosas. Ele disse que “atos são mais eficazes que palavras”, e que “palavras teriam sido inúteis”; expressou-se com clichês que não tinham nada a ver com a realidade da situação, na qual “meras palavras” teriam sido atos, e onde teria sido talvez dever de um sacerdote desafiar “a inutilidade das palavras”.

Ainda mais pertinente que a pergunta do dr. Servatius foi o que Eichmann disse sobre esse episódio em seu último depoimento: “Ninguém veio até mim e me censurou por nada no desempenho de meus deveres, nem o pastor Grüber disse uma coisa dessas”, ele repetiu. E acrescentou: “Ele veio até mim e pediu alívio para o sofrimento, mas não objetou de fato ao desempenho de meus deveres enquanto tais”. Pelo depoimento do pastor Grüber parecia que ele buscava não tanto o “alívio do sofrimento” quanto a isenção para algumas categorias bem estabelecidas anteriormente pelos nazistas. Essas categorias haviam sido aceitas sem protestos pelo judaísmo alemão desde o começo. E a aceitação de categorias privilegiadas — judeus alemães acima de judeus poloneses, judeus veteranos de guerra e condecorados acima de judeus comuns, famílias cujos ancestrais eram nascidos na Alemanha acima de cidadãos naturalizados recentemente etc. — fora o começo do colapso moral da respeitável sociedade judaica. (Hoje em dia, quando há uma tendência a relegar esses temas como se houvesse uma lei da natureza humana que levasse todo mundo a perder a dignidade em face do desastre, podemos lembrar a atitude dos veteranos de guerra judeus franceses, a quem seu governo ofereceu os mesmos privilégios e que responderam: “Declaramos solenemente que recusamos todo benefício excepcional que possamos gozar por nossa condição de ex-combatentes” [*American Jewish Yearbook*, 1945].) Nem é preciso dizer que os próprios nazistas nunca levaram a sério essas distinções. Para eles um judeu era um judeu, mas as categorias desempenharam certo papel até o final, uma vez que ajudaram a acalmar certa inquietação

entre a população alemã: só os judeus poloneses foram deportados, só as pessoas que haviam fugido do serviço militar, e assim por diante. Para aqueles que não queriam fechar os olhos, deve ter ficado claro desde o começo que “era prática geral permitir certas exceções a fim de conseguir manter a regra geral com maior facilidade” (nas palavras de Louis de Jong num esclarecedor artigo sobre “*Jews and Non-Jews in Nazi-Occupied Holland*”).

Moralmente, o mais desastroso na aceitação dessas categorias privilegiadas era que todos os que pediam uma “exceção” para o seu caso reconheciam implicitamente a regra, mas esse ponto aparentemente nunca foi percebido por esses “bons homens”, judeus e gentios, que se ocupavam com esses “casos especiais” para os quais pediam tratamento preferencial. Talvez a obra que deixe mais claro até que ponto mesmo as vítimas judaicas aceitaram os padrões da Solução Final seja o chamado Relatório Kastner (disponível em alemão, *Der Kasner-Bericht über Eichmanns Menschenhandel in Ungarn*, 1961). Mesmo depois do final da guerra, Kastner orgulhava-se do seu sucesso em salvar “judeus importantes”, uma categoria inventada pelos nazistas em 1942, como se também para ele nem fosse preciso dizer que um judeu famoso tinha mais direito de permanecer vivo do que um comum; assumir essas “responsabilidades” — ajudar os nazistas em seus esforços de selecionar pessoas “famosas” em meio à massa anônima, era disso que se tratava — “exigia mais coragem do que enfrentar a morte”. Mas se os solicitantes judeus e gentios de “casos especiais” não tinham consciência de sua involuntária cumplicidade, esse reconhecimento implícito da regra, que significava morte para todos os casos não especiais, deve ter sido muito óbvio para aqueles que estavam envolvidos no negócio do assassinato. Eles devem ter sentido, pelo menos, que ao receber pedidos de exceções e ao atender alguns ocasionalmente, conquistando assim gratidão, estavam convencendo seus oponentes da legalidade do que faziam.

Além disso, o pastor Grüber e a corte de Jerusalém estavam errados ao achar que os pedidos de exceção provinham apenas dos oponentes do regime. Ao contrário, como Heydrich afirmou explicitamente na Conferência de Wannsee, o estabelecimento de There-



stienstadt como gueto para categorias privilegiadas foi motivado pelo grande número dessas intervenções vindas de todos os lados. Theresienstadt tornou-se depois um showroom para visitantes estrangeiros e serviu para enganar o mundo exterior, mas essa não foi a sua *raison d'être* original. O horrível processo de esvaziamento que ocorria regularmente nesse "paraiso" — "diferente dos outros campos como o dia da noite", como Eichmann observou corretamente — era necessário porque nunca havia espaço suficiente para atender todos os privilegiados, e sabemos de uma diretiva expedida por Ernst Kaltenbrunner, chefe do RSHA, determinando que "se tome especial cuidado em não deportar judeus com ligações e relações importantes no mundo exterior". Em outras palavras, os judeus menos "famosos" eram constantemente sacrificados em prol daqueles cujo desaparecimento no Leste levantaria perguntas desagradáveis. As "relações no mundo exterior" não viviam necessariamente fora da Alemanha; segundo Himmler, existiam "80 milhões de bons alemães, e cada um deles tem o seu judeu decente. Claro, os outros são porcos, mas este judeu particular é de primeira classe" (Hilberg). Conta-se que o próprio Hitler conhecia 340 "judeus de primeira classe" que ele fez assimilar ao status de alemães ou a quem concedeu privilégios de meio-judeus. Milhares de meio-judeus tinham sido eximidos de todas as restrições, o que pode explicar o papel de Heydrich na ss e o papel do *Generalfeldmarschall* Erhard Milch na Força Aérea de Göring, pois era de conhecimento geral que Heydrich e Göring eram meio-judeus. (Dos principais criminosos de guerra, apenas dois se arrependeram diante da morte: Heydrich, durante os nove dias que levou para morrer dos ferimentos provocados por patriotas tchecos, e Hans Frank, em sua cela de morte em Nuremberg. Esse fato incomoda, porque é difícil não desconfiar que Heydrich se arrependeu não pelo assassinato, mas pela traição a seu próprio povo.) Quando as intervenções em favor de judeus "importantes" provinham de gente "importante", elas quase sempre eram bem-sucedidas. Assim, Sven Hedin, um dos mais ardentes admiradores de Hitler, interveio em favor de um conhecido geógrafo, um certo professor Philippsohn de Bonn, que estava "vivendo em condições indignas em Theresienstadt"; numa carta a

Hitler, Hedin ameaçava dizendo que "sua atitude em relação à Alemanha dependia do destino de Philippsohn", diante do que o sr. Philippsohn imediatamente recebeu melhores acomodações (segundo o livro de H. G. Adler sobre Theresienstadt).

Na Alemanha de hoje, essa idéia de judeus "importantes" ainda não foi esquecida. Veteranos e outros grupos privilegiados não são mais mencionados, mas o destino de judeus "famosos" ainda é deplorado à custa de todos os outros. Não são poucos, principalmente entre a elite cultural, os que ainda lamentam publicamente o fato de a Alemanha ter despachado Einstein, sem perceber que era um crime muito maior matar o pequeno Hans Cohn da esquina, mesmo que ele não fosse nenhum gênio.